



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC Nº. 16968/17

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE – LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 00245/2018

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: Paulo Braz de Moura
 - 1.2.2. Matrícula: 1250469
 - 1.2.3. Cargo : Técnico de Nível Médio
 - 1.2.4. Lotação: **Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca**
 - 1.2.5. Data de Nascimento: 25/01/1959
 - 1.2.6. Tempo de Contribuição: 13.643 dias
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: 22/08/2017 (fl. 43)
 - 1.3.2. Órgão e data de publicação: Diário Oficial do Estado, de 13/09/2017 (fl. 45)
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: Presidente da PBPREV, Senhor Yuri Simpson Lobato
2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: A Auditoria concluiu, em seu relatório inicial (fls. 77/81), pela legalidade do ato aposentatório de fl. 45 e seu competente registro.
3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.
4. VOTO: Considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, os cálculos proventuais estão corretos e o servidor preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato concessório, o qual foi expedido por autoridade competente, de modo que Voto pela sua legalidade e concessão do competente registro.

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato concessório, expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 08 de fevereiro de 2018

Assinado 16 de Fevereiro de 2018 às 12:36



Cons. Marcos Antonio da Costa
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 19 de Fevereiro de 2018 às 12:05



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO